

Bom dia,

Gostaria de cumprimentar e parabenizar os envolvidos no processo de construção das Diretrizes Voluntárias sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Sabemos que o documento que endossamos hoje é fruto de um longo processo de diálogo.

O término das negociações somente foi possível pelo envolvimento direto e ativo de várias delegações e da incansável participação do mecanismo da sociedade civil e dos povos indígenas. Não posso deixar de destacar o brilhante papel da representante da República Dominicana, Berioska Morrison. Também quero ressaltar a contribuição da diplomata brasileira Lara Lobo, que muito bem representou nosso País nas negociações, sob a liderança da Embaixadora Carla Barroso.

O acordo ao qual chegamos pode ter sido menos ambicioso do que muitos de nós gostaríamos. Ainda assim, apresenta importantes diretrizes para a agenda de igualdade de gênero. O documento que temos em nossa frente reconhece, por exemplo, a existência de “formas múltiplas e interseccionais de discriminação”, a necessidade de “acesso a serviços de saúde essenciais, inclusive o acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Constitui, desse modo, relevante marco normativo internacional, o qual pode contribuir para o empoderamento de mulheres e meninas ao favorecer o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e a outros direitos humanos desse grupo social.

Como Vice-Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no Brasil, sabemos que os desafios são muitos. As mulheres rurais são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e em países em desenvolvimento, percentual que segue crescendo.

Mas, apesar disso, em todo o mundo, são elas que têm mais probabilidade de enfrentar situações de insegurança alimentar. Ainda enfrentam uma carga dupla de trabalho no campo e em casa,

ganham menos, têm menos acesso a máquinas agrícolas e tecnologia e sofrem discriminação no acesso e no controle dos recursos naturais, como a terra.

Diante disso, o Brasil endossa as diretrizes sobre igualdade de gênero, ao mesmo tempo, em que prioriza as mulheres do campo, das águas e das florestas rurais na retomada das políticas públicas para a agricultura familiar.

O Brasil tem hoje um abrangente programa de financiamento da produção e um amplo programa de microcrédito para as mulheres do campo. Este ano, também, estabelecemos uma oferta de assistência técnica específica para mulheres com foco na agroecologia e criamos um programa para estruturar a produção agrícola das mulheres, o que chamamos de quintais produtivos.

O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, completou 20 anos. Trata-se de uma das estratégias brasileiras mais revolucionárias para combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar. Compramos dos pequenos produtores e doamos às pessoas que estão em insegurança alimentar. E neste processo, priorizamos as compras de associações e cooperativas formadas por mulheres, que já representam 70% dos beneficiários.

Em agosto desse ano, mais de cem mil mulheres rurais marcharam na capital brasileira pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver. Em resposta a Marcha das Margaridas e a Via Campesina retomamos com força o Programa Nacional de Reforma Agrária, dando prioridade às famílias chefiadas por mulheres.

Não vamos superar a fome sem garantir o acesso à terra, promover a transição agroecológica, impulsionar a produção da sociobioeconomia e fortalecer a organização produtiva das mulheres.

Senhoras e senhores, o governo brasileiro não medirá esforços pela construção de um pacto global pela segurança alimentar e nutricional. Temos a convicção de que, para além do envolvimento dos governos, isso somente será possível com a participação ativa da sociedade civil e com o fortalecimento de espaços como o CSA.

A fome é uma questão política. A transformação dos sistemas agroalimentares virá pela liderança, voz e pelo trabalho das mulheres ao redor do mundo. Vamos juntas e juntos construir sistemas agroalimentares mais sustentáveis, saudáveis e inclusivos e garantir a segurança alimentar e nutricional para os nossos povos. Faremos isso enfrentando também as desigualdades no acesso à terra, de gênero e com respeito à diversidade. Não podemos falhar!

Muito obrigada!